

HERÁCLIO SALLES *

Uma das falsas idéias claras que se fazem circular no país é a da inferioridade do Congresso em relação aos outros poderes da República. E desde a eleição do primeiro Fernando essa velha categoria do cartesianismo freqüentemente se transforma na também conhecida espécie das evidências forjadas.

Nesse sentido passou em branco um fato que se impõe, entretanto, como demonstração agressiva do fenômeno. O homem que se investiu na Presidência, ostentando o título de sociólogo, deu aula a meninos de um escola baiana onde explicou a organização política do Brasil, omitindo completamente o Poder Legislativo. De giz em punho, comparou "o governo" a um time de futebol, em que o chefe é o técnico, os ministros são os jogadores e o povo "é a torcida". A metade dos meninos dormiu. E os que conseguiram manter-se acordados não tiveram a menor chance de aproximação com o princípio universal da soberania popular: "todo poder emana do povo" e em seu nome deve ser exercido.

Ato falhado ou não, o professor repetia ali o que dá a entender sobre o que espera do Congresso, como instrumento da vontade de forças alheias à nação e jamais como expressão organizada e necessária da vontade dos "torcedores".

Em tal perspectiva, caberá sempre a pergunta que o ministro da Fazenda, em 1964 (em processo adventício ainda silencioso de transposição para o Palácio do Planalto), chegou a fazer de público ao ser informado de que deputados e senadores resistiam ao projeto do IPMF — o seqüestro das contas bancárias com que o segundo Fernando repetia em contagotas a desfaçatez maciça do primeiro: "Para que Congresso? Vou ter que inventar outro imposto."

É de esperar que o seqüestro do patrimônio nacional encontre neste Congresso a mesma desassomburada resistência oferecida pelo que o antecedeu e acabou vítima da mais endiabrada campanha de desmoralização.

Evidência forjada em sentido contrário, o Congresso que encerrou suas atividades nos primeiros dias deste ano foi, sem nenhuma dúvida, o mais importante de toda a história parlamentar do Brasil. Em alta lição ao dos Estados Unidos, que entrou em conchavo com Nixon para livrá-lo de um *impeachment* iminente, cortou nosso mal pela raiz, expulsando do cargo o presidente que o desonrava. Caso único, e exemplar, em todo o mundo.

Interesses tão repulsivos quanto os que se espelhavam na pessoa do presidente depravado passaram a pressionar os parlamentares, que a eles continuaram resistindo. A avidez que move a mão e a língua do *gauleiter* presente encontrou um muro de pedra naquele Congresso malfalado, onde acabou nos arquivos da Câmara o infame *Emendão* do primeiro, cujo artigo de abertura declarava "suspensa a aplicação" de quantos dispositivos se revelassem "incompatíveis" com seu texto. Tentavam assim as empresas estrangeiras contornar celeremente os obstáculos constitucionais ao seu domínio da economia do Brasil e de seu patrimônio estratégico, in-

cluídos como agora o petróleo e as comunicações.

Não conformado com a derrota, o *lobby* endinheirado encontrou parceiros nacionais com disposição e despudor suficiente para encenar a farsa de uma "revisão" constitucional vencida no tempo com o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo. Era a volta do *Emendão* pelas facilidades da votação por maioria e em sessões unicamerais. Um senhor respeitável, de bigode circunflexo e cachimbo vertical, armou no palco sua tenda com a criação da figura da "Relatoria" — o verdadeiro legislativo de onde saia tudo pronto.

Pois o Congresso que repelira o *Emendão*, e dera ao *gauleiter* inaugural o castigo merecido, simplesmente desconheceu a tenda árabe e impediu a consumação da velhaca-

ria. Daí por diante, foi um deus-nos-acuda. Apesar de ter sido, também, o único a cortar na própria carne com a cassação de vários "anões do Orçamento", aquele Congresso passou a barata no bico das galinhas — apresentado como o pior de todos os tempos.

Acusado de ter uma gráfica necessária, da qual se teriam servido abusivamente alguns parlamentares, aquele Congresso não encontrou atenuante nem no sempre bem-visto modelo americano. O Congresso dos Estados Unidos possui a maior indústria gráfica do mundo (ver correspondência de Ana Maria Mandin, JB de 24/9/94), que imprime também calendários coloridos com o nome dos congressistas que os solicitam; e mantém um sistema de cadastramento de advogados administrativos com acesso livre às duas Casas para

promoção dos interesses dos homens de negócio. (*O Congresso americano*, Roland Young, Forense, 66).

Passado já à História o anterior, como o que mais efetivamente defendeu o povo que o elegera, o atual Congresso brasileiro começa a ser cercado quando recebe — seguindo a mais recente recomendação da Secretaria de Comércio dos EEUU — as mesmas proposições que o atual *gauleiter* aceitou repetir com a valente declaração de destemor diante do *lobby* do serviço público. Leia-se: do *nosso* serviço público.

Se este Congresso resistir, vai ser atucanado como seu antecessor. Mas terá, como aquele, o elogio definitivo da História, em seu encontro com o bem futuro do Brasil.

* Jornalista